

Povos originários e afrodescendentes nos livros didáticos de História do período varguista (1930-1945): Reflexões sobre as identidades e educação nacional

Gisele Maria Beloto¹
Artur José Renda Vitorino²

Resumo

Em meu doutorado em Educação na PUC-Campinas, investigo a representação de povos originários e afrodescendentes em livros didáticos de História a partir do recorte temporal do período Vargas. O estudo tem como objetivo analisar os textos e imagens para compreender como a identidade nacional foi construída, focando nas relações de poder e ideologias subjacentes à produção desses materiais. Utilizo a análise documental para desvendar os significados e intenções por trás das representações. A pesquisa busca responder como os livros didáticos de Vargas atuaram na construção de uma identidade nacional, especialmente em relação à questão racial. Os resultados esperados incluem a identificação de valores na construção de identidades, a análise da exclusão ou inclusão desses grupos mencionados, contribuir para a compreensão das políticas educacionais e do discurso racista, que infelizmente ainda persistem na atual educação brasileira.

Palavras-chave: Livros didáticos de história; Período varguista; Povos originários e afrodescendentes.

1. Introdução

Esta pesquisa para doutorado concentrou-se na proposta de análise de livros didáticos de história por meio do recorte temporal do período varguista, compreendido entre 1930 – a partir do golpe da “Revolução de 1930” – até 1945 – após o fim da Segunda Guerra Mundial e o processo de democratização do país – a fim de ampliar as reflexões sobre as diversas identidades presente no território brasileiro, como também, a educação desse período proposto, por meio dos livros didáticos.

O foco está em analisar as diversas formas de representação – textos e imagens – dos povos originários e afrodescendentes presentes nos livros didáticos, sendo possível, a partir da pesquisa, traçar reflexões pertinente em torno da diversidade de identidades e suas representações, como também, análise ampla da educação brasileira.

No entanto, no atual estágio de desenvolvimento da pesquisa, a análise dos conteúdos dos livros didáticos de História ainda não foi realizada. Atualmente, o trabalho se encontra na etapa de estudo bibliográfico da historiografia do período varguista. A

¹ A Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), giselembeloto@hotmail.com.

² A Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), arturvitorino@uol.com.br.

próxima fase será o acesso e a análise das fontes primárias mencionadas. Desta forma, foi possível chegar a alguns resultados parciais, que serão apresentados a seguir

No período Vargas – a partir do governo provisório, constitucional e Estado Novo (1930-1945) – é possível identificar resquícios conceituais oriundas do período imperial na educação, uma vez que, durante o Primeiro Reinado, desempenhou papel fundamental na fundamentação e institucionalização do ensino de história no Brasil. Como, por exemplo, a presença do incentivo ao espírito cívico nacionalista se estabeleceu como principal objetivo da disciplina de história na formação dos educandos. As preocupações em incentivar o patriotismo e moral cívica persistem até os dias de hoje no imaginário de considerada parcela da população brasileira, refletindo no apoio a diversos políticos brasileiros. Como forma de exemplificar, durante o ano de 2020, o vereador Valmir Antonio Tonello, do Partido da Mobilização Nacional (PMN) da cidade de Francisco Beltrão (PR), por meio do Requerimento nº 001/2020, defendeu a inclusão no currículo escolar a disciplina “Educação Moral e Cívica” na rede pública municipal. Como argumento, Valmir afirmou tratar-se de uma ferramenta fundamental para a formação da “cidadania” (Câmara Municipal de Vereadores de Francisco Beltrão, 2023). Assim como, o ex-presidente da República Jair Bolsonaro do Partido Liberal (PL), que diversas vezes defendeu a inclusão da mesma disciplina para a preservação da percepção particular do ideal de “família” e da moral cristã na rede básica de educação (Saldaña, 2018).

Outro elemento para o reforçamento foi o ato inconstitucional – ferindo o art. 37 da Constituição Federal de 1988 – do ex-Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, que em 2019, ordenou que escolas brasileiras reproduzissem o slogan, pouco original do ponto de vista histórico, da campanha do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos” (Oliveira, 2019).

Tais propostas saudosistas pelos períodos ditatoriais, sobretudo, o culto a pátria, espírito cívico, valores religiosos, entre outros, na busca da consolidação de uma ideia romantizada da História do Brasil e dos brasileiros tiveram sua gênese no período da Independência do Brasil. Esse período foi fundamental para a instrumentalização da disciplina de história, sobretudo com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, que estabeleceu como objetivo primordial de suas pesquisas e divulgações a construção da identidade nacional, almejando uma homogeneização.³

³ O ensino de história durante o século XIX fazia-se necessário estabelecer um sentimento de pertencimento à nação recém-desligada da Metrópole portuguesa. Portanto, um dos principais desafios para os membros

Nesse sentido, busca-se responder por meio desse problema de pesquisa como os livros didáticos de história, no contexto das disputas políticas e ideológicas durante os governos de Getúlio Vargas, atuaram na construção de uma identidade nacional, especialmente no que tange à questão racial, e quais seriam as intencionalidades e relações de poder subjacentes à sua produção e conteúdo?

Em outras palavras, trata-se de análises das construções ideológicas e as relações de poder veiculadas nos livros didáticos de história utilizados no ensino escolar, com foco particular na questão racial e na formação da identidade nacional; portanto, por meio dos conteúdos da história dos povos indígenas e afrodescendentes – narrativas, imagens, exemplos e demais informações presentes nos materiais – visa-se compreender como esses grupos são representados e qual é a ênfase dada à sua contribuição para as formações identitárias e desenvolvimento social do Brasil.

Como também, presume-se, no decorrer da análise dos livros didáticos, paralelos do contexto político, ideológico e programas educacionais promovido pelo Ministério da Educação, sobretudo pelos teóricos da Educação Nova no contexto de consolidação do intelectual como uma profissão e que atuaram no Ministério da Educação e Saúde Pública. Desta forma, responder de que forma a produção oficial desses materiais foram utilizados como instrumentos ideológicos do Estado e formação de cidadãos brasileiros frente à história do próprio país.

Em suma, será possível identificar determinadas perspectivas, valores, a identidade nacional e a exclusão ou inclusão (e de que forma) de personagens indígenas, africanos e afrodescendentes. O desenvolvimento desta pesquisa também busca contribuir para o avanço de concepções históricas em torno da educação varguista, junto as promoções das políticas públicas educacionais, lançando luz ao atual contexto histórico saudosista pelas ditaduras, seus contínuos efeitos na educação nacional, contribuir para o avanço dos estudos acadêmicos na área da Educação, literatura e produção didática, e,

do IHGB, na tentativa de desenvolver uma “História oficial” do Brasil era a heterogeneidade racial que se encontrava o território nacional. Nesse panorama, trabalhadores pretos escravizados, pretos alforriados, diversos grupos étnicos indígenas e brancos de diversas origens econômicas estavam envolvidos. Dessa maneira, a elite brasileira vislumbrava a construção de uma visão homogeneizada da identidade nacional, mesmo diante de identidades heterogêneas e, a partir do incentivo de produções historiográficas da bibliografia da nação promovidas pelo IHGB e financiadas pelo Império, foi ressaltar a contribuição do português como o verdadeiro “motor” da história nacional (Guimarães, 1988). Os conteúdos abordados na disciplina de história consistiam na exposição da evolução histórica da Europa Ocidental e das sequências de elementos que contribuíram para sua ascensão como Estado-nação, seguindo uma concepção da verdadeira história das civilizações e em conformidade com a missão ideológica do progresso (Freitas, 2010; Furet, s.d.; Nadai, 1992).

contribuir para a eliminação de resquícios discursivos velados que ainda se encontram presente nas editoras de livros didáticos no Brasil.

2. Método e referencial metodológico

O método e referencial metodológico utilizado para o desenvolvimento dessa pesquisa, apresenta as ferramentas e conceitos teóricos que sustentam a análise. A pesquisa adota a análise documental como método principal, reconhecendo que os documentos escritos são vestígios importantes das ações humanas no passado e fundamenta-se em uma perspectiva que rejeita a ideia de que os documentos são fontes neutras, mas sim produtos de práticas específicas e datadas (Marson, 1984). Nesse sentido, buscou-se entender a "gramática oculta" ou o "mais" do documento, com o objetivo de revelar as intencionalidades, as relações de poder e os contextos políticos por trás dos livros didáticos. A partir da sociologia de Pierre Bourdieu (2020, 2021), utilizou-se os conceitos de capital, *habitus* e campo para analisar como as estruturas sociais se materializam nos livros didáticos e as disputas dos grupos pela legitimidade na atuação do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, como também a do intelectual no contexto de formalização da profissão.

3. História do conceito de eugenia.

Buscou-se explorar o conceito de eugenia, o contexto histórico de seu surgimento, sobretudo, suas principais manifestações no Brasil, como uma das formas de compreensão a respeito das influências presentes na produção de material didático de História.

O emprego de um conceito como “eugenia” pode ter sentidos variados de acordo com o recorte de determinado contextos históricos, regiões e implicações. Em outras palavras, “[...] uma palavra pode ser definida pelo seu uso, mas o conceito deverá agregar o valor polissêmico” (Carvalho, 2014, p. 59). Desta forma, “eugenia” é um conceito histórico complexo, multifacetado, ligado a outros debates conceituais sobre “raça”, dentro no contexto do “positivismo”, ao processo de formação e constituição dos Estados-nação europeus, entre outras questões novecentista.

O conceito de “eugenia” foi explicitado pela primeira vez na publicação do livro *Inquiries Into Human Faculty and its Development* (2004). Desta forma, a explicação do conceito e sua teoria é encontrada na primeira nota de rodapé do texto *Energy*, que corresponde as

[...] questions bearing on what is termed in Greek, eugenes namely, good in stock, hereditarily endowed with noble qualities. This, and the allied words, eugeneia, etc., are equally applicable to men, brutes, and plants. We greatly want a brief word to express the science of improving stock, which is by no means confined to questions of judicious mating, but which, especially in the case of man, takes cognisance of all influences that tend in however remote a degree to give to the more suitable races or strains of blood a better chance of prevailing speedily over the less suitable than they otherwise would have had. The word eugenics would sufficiently express the idea; it is at least a neater word and a more generalised one than viriculture which I once ventured to use (Galton, 2004, p. 17).

Isto posto, o conceito de “eugenia”, de acordo com Galton (2004) em sua primeira menção utilizando o termo, define como um estudo científico que visa ao aperfeiçoamento da raça, sobretudo reforçando as qualidades consideradas “nobres” por meio da hereditariedade. Nesse sentido, de acordo com Carvalho (2014, p. 59), eugenia foi uma “[...] tentativa de unificar por meio da semântica sua teoria”, que visava o progresso social e elencava a sociedade anglo-saxã, a qual Galton pertencia, como um padrão superior. Isso justifica-se pelo contexto de formação do Estados-nação europeus, onde havia a necessidade de constituir uma unidade étnica, conseqüentemente, uma identidade nacional homogênea por meio da identificação racial.

No caso brasileiro, em 1931, foi organizado a Comissão Central Brasileira de Eugenia, com o intuito de promover debates sobre propostas e projetos de leis em diferentes setores da sociedade civil, entre elas, a educação básica. Exemplo disso foi a aprovação do Art. 138, considerado uma vitória para o movimento eugenista no período, que “[...] incumbia à União, aos Estados e aos Municípios a missão de [...] b) estimular a educação eugénica”. No mesmo artigo, a Constituição também defendia outras medidas eugênicas, como, por exemplo, a “[...] g) cuidar da hygiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociaes” (Brasil, 1934, art. 138). Também ocorreu a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental, em 1932, que além de promover estudos teóricos em torno da eugenia, buscava o "aperfeiçoamento" psíquico por meio do desenvolvimento mental dos alunos em idade escolar (Carvalho, 2014).

Nesse sentido, pode-se entender que o conceito de eugenia se desenvolveu na tradição de pensamento, porém, com desdobramentos que impactaram de forma significativa a sociedade.

4. Disputa por legitimidade da educação na década de 1930

Durante o governo de Getúlio Vargas, a política, a saúde, a educação e a cultura estiveram associadas para a construção de um novo modelo de escola, uma vez que

diversas esferas da sociedade acreditavam na educação como um possível caminho para a saída do Brasil do *status* de atraso e indigência moral (Miceli, 2001; Schwartzman, Bomeny e Costa, 1984).

Parte-se do pressuposto de que havia uma interdependência, ou seja, uma dependência mútua, influencia e influenciado entre o “campo educacional” e o campo consolidado da saúde pública, que orientavam as políticas educacionais. A interdependências se dava a partir de medidas de saúde e higiene, ambas se reforçando para alcançar o objetivo comum eugenista na educação brasileira: o “melhoramento” pelo viés cultural da população miscigenada e a construção de uma identidade nacional homogênea. Diante desse cenário, emerge o Ministério da Educação e Saúde Pública.

Nesse contexto de constituição ainda incipiente do campo educacional também é marcado pelos primeiros especialistas brasileiros na área e as primeiras publicações desses intelectuais em revistas científicas. Desta forma, os intelectuais enxergaram uma oportunidade de vender sua "mão de obra" e atuar em produções intelectuais, educacionais e culturais para o governo (Miceli, 2001).

Gustavo Capanema Filho foi o ministro que mais tempo atuou nessa pasta, como apontado anteriormente, e desenvolveu projetos para o ensino público em um cenário de modernização do país. De acordo com Miceli (2001), criou-se um espaço onde intelectuais trabalhariam na produção cultural oficial do Estado. Tratava-se de intelectuais representantes da Igreja Católica, integralistas, militantes de organizações de esquerda, entre outros, para compor a nova instituição. Isso significa que, de acordo com Miceli (2001, p. 218), mesmo grupos divergentes entre eles e alguns contrários ao Estado vigente, os grupos atuavam “[...] em nome de seus interesses próprios e manejando os recursos políticos que o comando da máquina governamental lhe oferece”.

Esse movimento resultou na substituição do monopólio da produção intelectual e cultural controlado pelo mercado privado da classe dominante para a consagração da legitimidade das autoridades governamentais do Estado, mesmo que não tenham controlado por completo o mercado dessa produção intelectual e cultural. Desta forma, de acordo com Miceli (2001, p. 216) “[...] é nesse contexto, sem dúvida, que tomou corpo a concepção de ‘cultura brasileira’”.

5. Resultados parciais

A análise inicial revela que a educação foi instrumentalizada para a construção de uma identidade nacional homogênea, sendo um contexto histórico de intensa influência da eugenia e do fascismo. Nesse sentido, buscava-se o "aperfeiçoamento da raça" por meio da educação e da saúde.

Percebeu-se também a atuação dos intelectuais no Estado, especialmente sob a égide do Ministério da Educação e Saúde Pública de Gustavo Capanema, configurando como um campo complexo de disputas por legitimidade e convergências ideológicas. A busca pela construção de uma “cultura brasileira” oficial e os projetos de hegemonia social visavam a formação de cidadãos "ordeiros e saudáveis". Desta forma, a expansão do campo intelectual em um ambiente de relativa autonomia para a criação artística sob a direção de Capanema, dividia espaço com a influência de grupos conservadores, que defendiam a instrumentalização da educação para o fortalecimento de um Estado totalitário.

A educação pública foi concebida como uma ferramenta primordial para a concretização de projetos políticos para além do ensino. Os projetos em torno das políticas educacionais eram vinculados por intelectuais e políticos da época com as medidas de saúde pública, uma vez que defendiam a tese de que o progresso nacional seria alcançado por meio da formação física e moral dos cidadãos. Por essa razão, o Ministério da Educação foi criado com a inclusão do setor da “Saúde Pública”. O próximo passo, portanto, seria identificar tais influências nos conteúdos nos materiais didáticos de História.

Agradecimentos

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento concedido por meio de bolsa de estudos.

Referências

Bourdieu, Pierre. *Sociologia geral*. Volume 1: Lutas de classificação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

Bourdieu, Pierre. *Sociologia geral*. Volume 2: Habitus e campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

Brasil. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934* (de 16 de julho de 1934). Brasília, DF: Presidência da República, 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 1 set. 2025.

Câmara Municipal de Vereadores de Francisco Beltrão. Disponível em: <https://www.franciscobeltrao.pr.leg.br/ouvidoria/20200915093919>. Acesso em: 27 de setembro de 2023.

Carvalho, Leonardo Dallacqua de. *A eugenia no humor da Revista Ilustrada Careta: raça e cor no Governo provisório (1930 – 1934)*. 2014. 315 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

Freitas, Itamar. *Histórias do ensino de história no Brasil*. v. 2. Editora Universidade Federal de Sergipe, 2010.

Furet, François. *A Oficina da História*. Tradução de Adriano Duarte Rodrigues. Lisboa: Gradiva, [s.d.].

Galton, Francis. *Inquiries into Human Faculty and its Development*. Electronic edition, 1. [S. l.]: [s. n.], 2004. Disponível em: <http://galton.org/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

Marson, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: *Repensando a História*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984. p. 37-64.

Nadai, Elza. O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, 1992.

Miceli, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Moreira, Kenia Hilda. *O ensino de história do Brasil no contexto republicano de 1889 a 1950 pelos livros didáticos: análise historiográfica e didático-pedagógica*. 2011. 236 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, Araraquara, 2011.

Schwartzman, Simon; Bomeny, Helena Maria Bousquet; Costa, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

Saldaña, Paulo. "Inclusão de disciplinas propostas por Bolsonaro depende do Conselho de Educação". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 de setembro de 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/inclusao-de-disciplinas-propostas-por-bolsonaro-depende-do-conselho-de-educacao.shtml> Acesso em 27 de setembro de 2023.

Oliveira, Elida. Hino em escola é obrigatório? Pode filmar? E ler slogan de campanha? Veja o que diz a lei sobre o pedido feito pelo ministro da Educação. *G1 Educação*, 26 fev. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/02/26/hino-em-escola-e-obrigatorio-pode-filmar-e-ler-slogan-de-campanha-veja-o-que-diz-a-lei-sobre-o-pedido-feito-pelo-ministro-da-educacao.ghtml>. Acesso em: 28 out. 2023.